

ACTA NÚMERO 11
SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE JUNHO DE 2011

Aos 26 dias do mês de Junho do ano de dois mil e onze, reuniu, ordinariamente pelas 20.30 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelos senhores: Dr. Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, o senhor Manuel Antunes de Magalhães e a Dra. Olga Samões respectivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar pelos senhores Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dra. Octávia Clemente, Dr. Abel Coelho, Senhor Carlos Pereira, Dr. José Luís Gaspar, Dr. António Araújo e Dr. Jorge Mendes, respectivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Cunha, **Sónia Bastos**, **Jorge Daniel Bessa Pinto**, Raimundo Carvalho, Luís Rua Van Zeller Macedo, Avelino Teixeira Carmo, Henrique Baptista, **Fernando Gabriel Teixeira**, Carlos Marque Macedo, Manuel Basto Carvalho, Manuel Antunes de Magalhães, Carla Babo, Cristina Lucinda Teixeira, Joaquim Cândido Leite Moreira, Joaquim Vieira Soares, , Carlos Manuel Azevedo Pereira, Fernando Silva Soares Carneiro, Sara Luísa Maia, Eduardo Oliveira Pinheiro, Vítor Briga Rei, Marco Carneiro, **Elisa Antunes**, Pedro Miguel Varejão Reis, **Hernâni Carneiro**, **Manuel Pinheiro**, José Augusto Silva, Hélder Justino Barros, Fernando Carlos Cerqueira, Adriano Santos, Susana de Fátima mesquita Ribeiro, Luís Teixeira Ricardo, José Francisco Rodrigues, António Duarte, Ana Rita Batista e Maria de Fátima Peixoto.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE (S. GONÇALO) – Artur Correia
ABOADELA – António Joaquim R. Gonçalves
ABOIM – Manuel Agostinho F. Moura
ANSIÃES – Armando Batista Carvalho
ATAÍDE – Lino Manuel S. Macedo
BUSTELO – Carlos Alberto Pereira Gomes
CANADELO – António Dias Vitória
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
CARNEIRO – Joaquim Briga

CEPELOS – Américo Paulo S. Ribeiro
CHAPA - António Cândido Alves Pinheiro
FIGUEIRÓ (St^a Cristina) – Fernando Teixeira Mendes
FIGUEIRÓ (S^o Tiago)– Daniel Pinheiro
FREGIM – Joaquim Ribeiro Sousa e Castro
FREIXO DE BAIXO – Alfredo Carvalho, substituído por MIGUEL
TEIXEIRA
FREIXO DE CIMA – Abílio Neves
FRIDÃO – José Manuel Magalhães Teixeira
GATÃO - Joaquim Augusto Pinto Coelho
GONDAR – António Bastos Teixeira
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Manuel Pinheiro
LOMBA –Paulo Vasconcelos, substituído por José Sidónio Vasconcelos
LOUREDO – Carlos Magalhães
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães
MADALENA – António Pinheiro, substituído por Mafalda Oliveira
MANCELOS – Carlos César Carvalho
OLIVEIRA - Vítor Hugo Rocha Vieira
OLO – Manuel António Leite Ribeiro
PADRONELO – Luís Silva
REAL – José Augusto Sousa Oliveira, substituído por ADÃO MAIA
REBORDELO – José Meireles Machado, substituído por Paulo Ribeiro
SALVADOR – António Gomes Pinheiro
SANCHE – Henrique Monteiro, substituído por PEDRO GONÇALVES
TELÕES – Domingos Teixeira Pinheiro
TRAVANCA – Fernando Cunha
VARZEA – Abílio Sampaio
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ – Rui Coelho
VILA GARCIA – Manuel Teixeira

Justificaram em devido tempo a falta o senhor Presidente da junta de Carvalho de Rei.

Foi de imediato dada posse como membro da Assembleia Municipal a Sónia Bastos que substituiu nesta sessão a senhora deputada Ercília Gonçalves Costa.

Feita a chamada e verificada a existência de Quórum foi dado início à leitura da correspondência, tendo sido lido na íntegra um requerimento subscrito pelo senhor deputado Eng. Henrique Baptista, sob título **“Participação da Câmara Municipal de Amarante em associações, sociedades anónimas e outras”**.

Foi também lida uma carta do Grupo Municipal do PSD, onde se requer que seja dado cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 2º do regimento. Em resposta a esta carta o senhor Presidente da Assembleia Municipal leu o texto de uma decisão tomada pela Mesa da Assembleia Municipal que, a partir desta data redefine os novos tempos de intervenção dos senhores deputados do PSD e dos Independentes. O parecer da Mesa da Assembleia encontra-se nos anexos desta acta onde pode ser lido na íntegra.

Terminada a leitura da correspondência, o senhor deputado **HENRIQUE BAPTISTA** pediu a palavra, para apresentar um **PROTESTO** escrito que se encontra nos anexos desta acta e aqui se dá por reproduzido.

Perante estas palavras, o senhor Presidente da Mesa, disse-lhe que esta era a decisão da Mesa e que não a alteraria. O regimento que vigora é este e o senhor Eng. Baptista até foi um dos responsáveis pela sua redacção.

O senhor deputado **ENG. HENRIQUE BAPTISTA** usou de novo a palavra para dizer que este assunto é uma questão de princípio. Não houve qualquer reunião no partido para resolver este assunto e não percebe como é que um militante pode perder assim os direitos. Este assunto é um assunto do partido e não assunto para ser discutido na Assembleia Municipal.

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra, leu o artigo 56º do Regimento para dizer que esta situação é apenas uma aplicação da lei e não um problema de interpretação.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra disse que não podemos transferir para a Assembleia Municipal uma reunião do PSD. Não podemos estar a dar esta imagem às pessoas. Esta retirada de confiança política não tem nada a ver com os assuntos a tratar na Assembleia Municipal. O que se trata é fazer cumprir o artigo 22º do Regimento.

O senhor deputado **HENRIQUE BAPTISTA** pediu de novo a palavra para dizer que o que está a ser feito é ilegal. A decisão da Mesa não pode ser apresentada a qualquer votação. Irá recorrer para o plenário. Disse ainda que nas "eleições autárquicas de 2009 foi eleito, tal e qual o Presidente da Assembleia Municipal pelo Partido Social Democrata. Cumprirá escrupulosamente o mandato, em igualdade de direitos e deveres com os demais eleitos. É militante de base do PSD, com as cotas em dia e membro activo da Secção Concelhia do PSD de Amarante. Continuou a intervenção para dizer que não aceita a -Retirada de Confiança Política e por isso, recorreu superiormente aos órgãos próprios do Partido Social Democrata da iniciativa discricionária, imberbe, sem fundamento que considera persecutória, torpe e ilegal da Comissão Concelhia local do PSD.

De igual modo, não aceita e protesta o acto discricionário, sectário, sem fundamento e ilegal do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, como também dele vai recorrer ao Ministério Público".

Dirigiu-se ainda ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, dizendo-lhe que ele ao invés de colocar a Assembleia no sentido das funções que lhe cabem por lei e de assegurar um estado de isenção que deve ser associado ao desempenho do cargo de Presidente da Assembleia Municipal de Amarante – transforma a Mesa do órgão Assembleia Municipal e o seu plenário numa espécie de tribunal sumário, colocando-se às ordens de

intuitos meramente revanchistas, mal-intencionados e punitivos que residem acoitados na secção local do PSD. Como já todos puderam constatar, sendo a matéria em questão do estrito foro partidário no quadro da relação existente entre a CPCL e um seu militante e não tendo cabimento a discussão deste mesmo assunto neste órgão do município de Amarante, venho por este meio, ao abrigo do artigo 31º do Regimento recorrer para o Plenário da Assembleia Municipal, de modo que os diversos Grupos Municipais se pronunciem quanto à validade do acto, ao seu significado e à relevância política da matéria com que a Comissão Política Concelhia Local do PSD entendeu ocupar esta Assembleia". O texto integral da intervenção do senhor deputado encontra-se nos anexos desta acta.

SR. RAIMUNDO MAGALHAES – PS

No uso da palavra o senhor deputado disse que o Regimento é claro e é assim que se deve proceder. A responsabilidade é da mesa e foi esta decisão que tomou que terá de ser acatada. Para além disto, importa dizer que isto é uma questão interna do PSD, e é lá que deve ser tratada.

O senhor deputado **ENG. HENRIQUE BAPTISTA** usou de novo a palavra para fazer uma interpelação à mesa e por isso leu o artigo 28º. Pediu que fosse distribuída a carta por todos os senhores deputados, o que não lhe foi concedido.

PERIODO DA ANTES DA ORDEM DO DIA

Usaram da palavra os senhores:

DR. VITOR REI – PSD

O senhor deputado fez uma intervenção relacionada com os Centros Escolares/Carta Educativa que apresentou por escrito e está nos anexos desta acta denominada ANEXO 1.

Nessa intervenção começou por referir o artigo 20º nº 1 do Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro, legislação que tem por objecto os processos de elaboração da carta educativa, sua aprovação e seus efeitos.

Continuou a intervenção dizendo que lado nenhum da Lei é permitida a possibilidade de se interferir no ordenamento da rede educativa por outra forma que não seja a revisão.

A proposta aprovada no executivo, diminuiu de 18 para 14 o número a construir de centros escolares. Não será isto uma revisão? Não estaremos perante um alteração significativa do ordenamento da rede educativa? Não é necessário fazer um estudo exaustivo para se perceber o que está aqui em causa. Para a revisão da carta educativa são necessários os mesmos procedimentos previstos para a sua aprovação seja a consulta e apoio por parte do Ministério da Educação, seja a sua discussão e aprovação por parte da Assembleia Municipal. Nenhum destes procedimentos foi seguido.

A Assembleia Municipal é legalmente o órgão fiscalizador da actividade da Câmara Municipal. É por esta razão que o grupo municipal do

PSD quer ver esclarecida esta questão, denunciando e questionando a Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente: Considera que a aprovação desta proposta foi feita no respeito pela legalidade? Com base em que legislação?

Continuou a sua intervenção dizendo que a lei obriga a que seja feita um revisão de 5 em 5 anos. Daí questionar qual a razão para a proposta ter surgido neste momento visto que no próximo ano fará 5 anos que foi aprovada a carta educativa.

Referiu também que após o fiasco que está a ser a implementação da carta educativa vigente, com todas as previsões a falhar, é previsível qual será o próximo passo: irão culpar o novo governo por aquilo que poderá resultar da incompetência no atraso das candidaturas aos fundos europeus para a construção dos centros escolares, o que poderá por em causa a construção dos centros escolares.

Terminou a sua intervenção dizendo que houve ainda alguma desconsideração para com os Presidentes de Junta e Directores de Agrupamentos Escolares que nem sequer foram ouvidos. O PSD ouviria a opinião daqueles que são conhecedores da realidade.

PROF^a CARLA BABO – PSD

No uso da palavra, disse que a discussão que tem sido feita à volta dos Centros Escolares deste concelho provoca uma incompreensão generalizada porque o executivo da Câmara Municipal não tem tido respeito por questões elementares como, respeito pela lei, pelas instituições como parceiras e pelas pessoas. Foi com surpresa que tomou conhecimento que a construção de centros escolares para algumas freguesias foram anulados. Assim, coloca várias questões:

1 – Não será uma atitude política, em vez de uma atitude técnica?

2 – Estas atitudes isoladas não são reguladoras de incapacidade de planeamento voluntário para deixar sempre em aberto a decisão num contexto político? Perguntou ainda ao senhor Presidente da Câmara se:

1 – Qual o normativo legal em que se baseia para alterar as regras a meio de um “jogo” e só em algumas freguesias?

2 – Quais as instituições e pessoas que foram ouvidas para sustentar a vossa decisão?

3 – No âmbito desta suposta avaliação qual a importância dada às posições das Juntas de Freguesia, das associações de pais e, até mesmo dos professores? Onde está a discussão prévia?

4 – Foi respeitada a identidade sociocultural das freguesias visadas? E a coesão territorial?

5 – No documento da proposta aprovada usa-se o chavão “relação custo/benefício” e, uma série de ilações sobre o sucesso escolar e intuições demográficas. Não serão mais incertezas?

6 – Especialmente, explique por favor, qual a relação custo/benefício em que se baseia e explique por exemplo, porque vai dismantelar a edifício de Eb1 de Sta. Comba- Real, que reúne as condições básicas para o seu funcionamento?

7 – Esta alteração não será para colmatar a falta de desempenho do executivo no planeamento, na elaboração de candidaturas para obtenção de financiamentos?

Disse ainda que consideram que existem muitas dúvidas e vão ter muitas dificuldades para explicar tanta incoerências e falta de orientação na política de investimento no âmbito educativo. No que diz respeito na atitude para o futuro perguntou: 1 – serão os grandes Centros Escolares o melhor para as crianças?. Onde está o estado descentralizado, responsabilizante e próximo das populações?

ENG. LUIS VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra começou por referir-se ao atraso na resposta a um pedido de um relatório que solicitou ao senhor Presidente da Câmara, relativo às condições anormais que se verificaram na primavera de 2010 no leito do rio Tâmega na zona da Albufeira do Torrão, relatório esse mandado elaborar pela Câmara do Marco de Canavezes, mas enviado ao município de Amarante em 25/01/2011.

Esse pedido do relatório foi feito em nome da Comissão da Acompanhamento da Barragem de Fridão em 8/4/2011 mas só foi satisfeito em 5/5/2011, muito depois da sessão da Assembleia Ordinária de 29/04/2011, onde nesta altura já devia estar na posse da Comissão.

Continuou a intervenção dizendo que “face à gravidade das ocorrências de que se falava e que estiveram na origem do relatório atrás citado, resolveu levantar as questões nesta Assembleia”. De seguida perguntou ao senhor Presidente da Câmara o que é que ele pensava sobre as conclusões do relatório do Rio Tâmega/Albufeira do Torrão’ Qual a opinião estratégica que deveria ser seguida pelos concelhos Ribeirinhos do rio Tâmega no seu conjunto desde a nascente em Espanha/Verim, até à sua foz em Entre-os-Rios, considerando-os todos como potencialmente poluidores? Qual em particular a actuação do concelho de Amarante e da sua Câmara, enquanto parte integrante do ecossistema rio Tâmega, como forma de contribuir para a melhoria da qualidade da água, no troço da nossa jurisdição?

SR. MANUEL ANTUNES – PSD

No uso da palavra o senhor deputado solicitou ao senhor Presidente da Câmara que suspendesse uma obra que a Câmara está a levar a efeito no Bairro Coronel Lima, uma vez que andam a por ali a por uns prumos e umas fitas não se percebendo muito bem o que vai ali ser feito. Que obra vai ser aquela?

Alertou também o senhor Presidente da Câmara para que mantenha a vigilância às matas todo o ano porque certamente que o prejuízo que os incêndios causam, cobrirão os gastos com a vigilância.

SR. ANTÓNIO DUARTE – CDU

No uso da palavra começou por felicitar o Partido Social Democrata pela vitória alcançada nas eleições Legislativas do passado dia 5 de Junho. Felicitou também os amarantinos eleitos pela primeira vez à Assembleia da República Portuguesa, sendo eles Maria José Castelo Branco e Luís Ramos.

Referiu também que nas listas do Partido Socialista foi também eleito Francisco Assis. Continuou a intervenção para dizer que a participação dos

amarantinos nas listas não ficou por aí. Infelizmente como tem sido hábito, a comunicação social local primou por ocultar a participação de cidadãos representantes de outras forças políticas, como por exemplo a CDU. A candidatura Lurdes Monteiro deu um excelente contributo no sentido de apresentar aos seus conterrâneos as propostas da CDU para o país.

Referiu ainda que o novo governo de Passos Coelho, com 11 ministros parece uma equipa de futebol. A estratégia vai ser um ataque fortíssimo pela direita. Para isso precisamos de uma boa oposição de Esquerda para travar o ímpeto atacante do com junto do PSD/CDS. Paulo Portas do CDS acompanha-o neste desafio, mais em observação de novos talentos que possam ajudar o jogo da direita, oriundos das escolas de formação famosas, como Ângela Merkel, Sarkozy e Berlusconi, não esquecendo o grande olheiro nacional e tradutor Durão Barroso, figura bem colocada na articulação de uma boa ofensiva das políticas neo-liberais contra os interesses dos mais desprotegidos. À esquerda podem contar com o PCP para que com a sua experiência política na luta contra as "cassetadas" que nos querem dar com consequências graves ao nível da saúde, salário, desemprego, educação com a certeza de muito público assistente a cair no desespero se não optar por agir contra todas as irregularidades do jogo político tão difícil nos próximos anos.

Terminou a sua intervenção dizendo que "o jogo está lançado e que é do conhecimento geral o despedimento de cerca de 400 trabalhadores do Estaleiro Naval de Viana do Castelo, curiosamente um problema grave que Paulo Portas parecia ter resolvido quando passou de submarino pelo Ministério da Defesa e até disse ter sido o dia mais feliz da sua vida política. E o barco ainda vai de saída." A intervenção do senhor deputado encontra-se nos anexos desta acta – ANEXO 2- , onde pode ser lida na íntegra.

ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD

No uso da palavra, começou por felicitar o senhor Vereador Carlos Carvalho, que agora assume as funções em substituição da senhora Vereadora Dra. Maria José Castelo Branco que foi eleita para o parlamento nas recentes eleições de 5 de Junho. De seguida fez uma correcção ao procedimento da Mesa da Assembleia, para dizer que o senhor Secretário Manuel Antunes pode efectivamente usar da palavra, ser para isso substituído, mas só poderia assumir de novo o lugar depois de feita uma votação. É isso que diz o artigo 22º do Regimento, no seu ponto 5.

Continuou a sua intervenção fazendo a leitura de um texto, sob título "DEFESA DA HONRA – RETIRADA DE CONFIANÇA POLITICA, que se encontra nos anexos desta acta onde pode ser lido na íntegra.

DRA. ELISA ANTUNES – BE

No uso da palavra começou por felicitar o PSD pela recente vitória nas eleições. Felicitou em particular a eleição da Dra. Maria José Castelo Branco, do Dr. Luís Ramos que agora tem responsabilidades acrescidas na defesa dos interesses de Amarante no que diz respeito por exemplo à construção da Barragem de Fridão. Deu também as boas vindas ao senhor Carlos Carvalho, que agora substitui como Vereador a Dra. Maria José.

Continuou a sua intervenção referindo-se ás obras do Arquinho que parecem nunca mais ter conclusão. Perguntou para quando o sue fim?

Perguntou também que obras são aquelas que estão a decorrer no Bairro Coronel Carvalho Lima?

Terminou a sua intervenção referindo-se à matéria dos pontos agendados na Ordem de trabalhos, nomeadamente no que diz respeito aos pontos 3 a 6, perguntando quem imprimiu e que leu a documentação, uma vez que se trata de matéria importante demais para ser discutida de uma forma aligeirada.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu então a palavra aos senhor Presidente da Câmara, tendo-lhe dito que ele apenas tinha 10 minutos para dar os esclarecimentos que fossem necessários.

DR. ARMINDO ABREU - PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por referir-se a um comunicado que a Junta de Mancelos enviou a todos os habitantes da freguesia relacionado com a não construção do Centro Escolar na Freguesia. Esta alteração deveu-se ao facto de se saber que nos últimos 10 anos perderam-se cerca de 45% de crianças em idade escolar. Nos infantários essa perda foi cerca de 17,78. A Junta fez tudo para ter lá o Centro Escolar e houve até uma proposta para a compra de um terreno, mas nessa altura a Junta de Freguesia nada fez para que isso fosse conseguido.

O Centro Escolar vai ser construído em terreno municipal, junto ás piscinas de Vila Meã, o que proporcionará a aprendizagem da natação a todas as crianças. Na freguesia de Ataíde, saíram da escola 17 crianças e apenas entraram 8. Em Mancelos de 22 crianças no infantário, apenas há neste momento 15. É fácil de ver o que vai acontecer daqui a 3 ou 4 anos. Não se justifica assim a construção de um grande centro escolar, onde a breve prazo ficariam salas vazias. Por outro lado, se podemos proporcionar às crianças actividades extra-curriculares, porque não fazê-lo?

Continuou a sua intervenção dizendo ao senhor Manuel Antunes que no bairro Coronel Lima, não vai ser feita grande obra. Penas se pretende tirar o pó e ordenar naquela zona o estacionamento.

Disse também ao senhor engenheiro Van Zeller que normalmente esses relatórios não levam a grande coisa e os documentos tem quase sempre o mesmo destino. O que é preciso é atacar a poluição difusa, porque a outra está devidamente identificada. Está à espera de uma reunião para tentar encontrar uma solução.

Relativamente à obra do Arquinho, disse à senhora deputada Elisa Antunes, que as obras do Arquinho no que diz respeito ao projecto inicial estão terminadas. A obra ainda não foi recebida porque como a estrada está mal pavimentada, terá de ser toda arranjada.

Relativamente ao prédio que está em construção na Rua António Carneiro, vai brevemente avançar porque já foi desbloqueada um problema que estava à espera de um parecer do IGESPAR.

Usou de seguida a palavra o senhor deputado Raimundo Magalhães.

SR. RAIMUNDO MAGALHAES – PS

No da palavra disse que ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que ele não pode e nem deve impor uma gestão de tempo assim tão rigorosa ao senhor Presidente da Câmara, até porque discute-se hoje o Centro Escolar de Mancelos, assunto muito importante para a população que está hoje presente e que quer ser bem esclarecida.

SR. CARLOS CÉSAR CARVALHO – PRESIDENTE DA J. FREGUESIA DE MANCELOS

O senhor Presidente da Junta de Freguesia, no uso da palavra, começou por dizer que ia responder a algumas questões que o senhor Presidente da Câmara anteriormente focou. Assim, os pais podem exigir, o Presidente da Junta não. Em Mancelos, no próximo ano há um aumento de crianças nas escolas de Felgueiras e Trouxeinho. No decorrer deste processo bastante lesivo para a freguesia, como Presidente de Junta sentiu-se na obrigação de alertar a população.

Continuou a sua intervenção dizendo ao senhor Presidente da Câmara que como Mancelense que é, não devia ter criado falsas expectativas às pessoas. Na campanha eleitoral houve a promessa de um centro escolar, tendo inclusive havido abordagens para a escolha do local. Afinal o que mudou no prazo de um ano?

Pelo ofício da Câmara referência 6650/2010, foi comunicado à Junta de Mancelos que “há agora condições efectivas para impor a solução que defendi no mandato anterior, que não imporei, respeitando os votos da maioria dos cidadãos de Mancelos, manifestado no último acto eleitoral”. Na campanha versou a localização do Centro Escolar que foi duplamente debatido. Afinal está ou não respeitada a vontade dos Mancelenses?

O senhor Presidente alega que pelos resultados dos censos há uma diminuição de população de Mancelos. Esta decisão é anterior ou foi tomada no prazo de uma semana? A Junta de freguesia eleita pelo povo tem o direito de e a obrigação de defender os interesses da freguesia. A Assembleia de Freguesia, sem precisar dos conselhos da Câmara saberá o que fazer. Sabemos dialogar com a população, enquanto que a Câmara não o faz e apenas quer impor as suas ideias, não querendo saber a opinião dos professores, da população, da Associação de Pais e de outras entidades envolvidas.

PROF^a ROSA CASTRO – PSD

No uso da palavra a senhora deputada perguntou ao senhor Presidente da Câmara se tinha ou não comprado o terreno para a construção do Centro Escolar Ataíde/Oliveira?

PROF^a CARLA BABO – PSD

No uso da palavra a senhora deputada disse que não ouviu da parte do senhor Presidente qualquer resposta às suas perguntas. Por isso formulou de novo as seguintes perguntas: qual a relação custo/benefício em que se baseia para mandar desmantelar o edifício Eb1 de St^a Comba- Real, sabendo que reúne as condições necessárias para o seu funcionamento?

Esta alteração não será para colmatar a falta de desempenho do executivo no planeamento, na elaboração de candidaturas para obtenção de financiamentos?

O senhor deputado **DR. VÍTOR REI** usou de novo a palavra para dizer que em tempos quando o PSD propôs uma revisão à Carta Educativa deviam ter aceite essa proposta, porque esta situação era previsível.

SR. RAIMUNDO MAGALHÃES – PS

No uso da palavra, disse que nunca o Partido Socialista trouxe para aqui assuntos internos do partido. As questões partidárias discutem-se nos locais próprios. Foi feita uma manobra política habilidosa por parte do Presidente da Assembleia Municipal, ao pretender limitar ao máximo o tempo de uso de palavra do senhor Presidente da Câmara. Há assuntos que pela importância que tem devem ser bem explicados pelo senhor Presidente. Parece que estamos a brincar à democracia.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra, disse ao senhor Presidente da Assembleia que ele deve ser mais condescendente no que diz respeito à gestão dos tempos. Aquando da discussão e aprovação do Regimento da Assembleia, ele próprio alertou para a grelha da distribuição dos tempos, porque já se adivinhava que estas situações iriam acontecer.

DRA. ELISA ANTUNES – BE

No uso da palavra disse também que lhe parece de bom senso que o senhor Presidente da Câmara responda à totalidade das perguntas independentemente do tempo que use, embora ele se perca um bocado em divagações, mas mesmo assim, deve responder a todas as questões.

DR. ADRIANO SANTOS – CDS/PP

No uso da palavra disse também que o senhor Presidente da Câmara não devia ter tempo limite. Deve ter a possibilidade de responder sempre a todas as questões que lhe são colocadas.

Perante estas intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu mais 3 minutos ao senhor Presidente da Câmara para que ele concluísse a sua intervenção.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

Usou de novo da palavra para dizer que Mancelos só tem 50 crianças matriculadas no ensino básico. Com este número tão baixo distribuído pelas várias classes e a continuar esta tendência vai agravar-se a desertificação. Neste momento sabe-se que das escolas de Mancelos apenas irão 3 crianças para o ciclo. Com estes números acham que faz

sentido construir em Mancelos um centro escolar? Qual a diferença de identidade entre as crianças de Mancelos, Real, Ataíde e Oliveira? Em que se distingue uns dos outros? O que é preciso é que tenham uma boa escola, porque quando passam do ensino primário para o 5º ano de escolaridade parece que já ninguém vê essas preocupações. De referir também que o Conselho Municipal da Educação aprovou unanimemente esta Carta Escolar.

ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD

No uso da palavra pediu um esclarecimento à Mesa da Assembleia, para dizer que o senhor Presidente da Assembleia decide a seu bel prazer a gestão dos tempos e quem deve ou não usar da palavra. Deixou o senhor Presidente falar de novo, esquecendo-se de o consultar a le como independente, onde pelos vistos foi agora passado.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, foi aberto o período destinado às intervenções do público. Inscreveram-se e usaram da palavra, as seguintes pessoas:

D^a MARIA MARTINS, moradora em Mancelos, que no uso da palavra disse que consta que vão ser desactivadas as escolas de Mancelos. Saindo dali as crianças, que passarão grande parte do dia noutra freguesia, rapidamente se assistirá a uma desertificação. Disse que há muitas crianças nas escolas de Trouxeinho e Felgueiras. De todas as escolas a desactivar os alunos não vão ser diferentes dos de Real? Vão nadar onde? Na terra? Porque afinal, parece que só os de Real é que vão nadar na água. Porque é vão fazer isto ao povo de Mancelos? Não vamos deixar fechar as escolas porque dali já saíram grandes doutores. Parece que já se esqueceram disso. Quem vai garantir os transportes? Se isso vier a acontecer, alguém compreende que hajam crianças que terão de se levantar às 6 da manhã para andar cerca de 4 kms até chegar à escola, isto porque terá de haver um circuito que os apanhe a todos. Terminou a sua intervenção dizendo que deve ser repensada esta ideia da construção do Centro Escolar noutra Freguesia.

D^a ALBERTINA MATOS, moradora em Mancelos, que no uso da palavra disse que foi com muita pena que recebeu um ofício da Junta de Freguesia a comunicar que as crianças das escolas de Mancelos iriam ser divididas por outras escolas. Afinal é essa a paga que o povo de Mancelos tem, uma vez que sempre que era preciso terreno para as freguesias vizinhas era ali que o vieram buscar, incluindo ruas que passaram a ser pertença de outras freguesias. Afinal ter um Presidente da Câmara e um Vereador de Mancelos, parece que pouco adianta. Os números referidos não são verdade porque neste ano escolar, saíram 7 crianças e entraram 12.

D^a ESTEFANIA PINTO, moradora em Mancelos, no uso da palavra disse que tinha um filho em idade escolar e como ela muitas outras mães. Mancelos ao contrário do que se diz não tem assim tão poucas crianças. Foi dito que para o infantário só entraram 3 crianças, mas o senhor Presidente não disse é que não entraram mais porque não havia

vagas. Referiu-se também à identidade cultural, dizendo que ela é a mesma em todas as crianças que frequentam a catequese, o rancho etc. Se a freguesia tem 8 salas a funcionar é sinal que tem crianças.

Terminou a intervenção dizendo que foi prometido na campanha eleitoral um Centro Escolar e de repente há toda esta mudança. Porquê esta mudança agora?

SR. JORGE PEREIRA DA SILVA, morador no Queimado e representante da empresa Jorimpes Lda. usou da palavra para em representação da empresa atrás mencionada, denunciar publicamente um atentado ambiental que está a ser cometido na Área de Serviço do Marão, coma responsabilidade da Câmara Municipal e mais concretamente dos serviços de urbanismo e ambiente. Disse que já denunciou esta situação a várias entidades públicas e responsáveis pelos sectores referidos, mas até hoje não obteve resposta para sanar tão grave problema. Não acreditava que nos dias de hoje o que ali se vê aquilo seja possível.

Como não havia mais ninguém do público inscrito para usar da palavra, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para que ele prestasse os devidos esclarecimentos.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara começou por dizer que respeita as opiniões das pessoas do público, mas parece-lhe que apenas devem fazer perguntas e não intervenções políticas.

Respondeu de seguida ao senhor Jorge Pereira da Silva, a quem disse que quando era ele o proprietário da totalidade da Área de Serviço, nunca se preocupou em resolver o problema. Foi na altura instaurado um processo, que em tribunal foi representado por uma pessoa de nome Jorge Silva Rodrigues. Na Área do Marão há dois postos de tratamento, sendo que o problema da estação de hidrocarbonetos está resolvido. Há uma outra estação de tratamento estanque para a qual o funcionário/administrador terá de pedir o esvaziamento e pagar as respectivas taxas e não continuar a ter a céu aberto aqueles tanques.

Toda esta situação tem a conviência do senhor Jorge, que neste momento até está a vender combustíveis a particulares, quando apenas tem alvará de grossista. Isto é concorrência desleal e só por esta atitude está tudo dito relativamente a este senhor.

Relativamente às questões dos Centros Escolares, foi dada a palavra ao senhor **VEREADOR DR. ABEL COELHO**, que começou por dizer que hoje não existe a referência território educativo escola/freguesia. Hoje, juridicamente fala-se apenas em Agrupamentos Escolares. A Troika no seu memorandum aconselha a fusão das escolas em Agrupamentos. Disse de seguida ao senhor deputado Dr. Vítor Rei que ele interpretou mal o artigo 20º da Carta Educativa. Concentrou-se apenas nas alterações que foram feitas para Mancelos. Fizeram-se alguns ajustamentos e vão ser construídos centros com 8 salas.

A escola de Travanca não tem condições e por isso foi aconselhada a sua demolição. Houve um evolução natural da situação. Vão ser proporcionadas às crianças condições quase únicas no país, no que diz respeito a actividades extra curriculares. Vai também ser revista a quantidade de Centros Escolares a construir, porque hoje em dia um centro com 5 salas pouco menos custa que um de 10. As cantinas se funcionarem por turnos, funcionam bem. Quanto à identidade cultural, disse também que ela hoje não faz sentido. Então quando as crianças vão para o 6º ano não se perde a identidade cultural?

Usou de novo a palavra o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA, para dizer que se está a levantar um falsa questão quanto aos transportes escolares, porque todos sabem que as crianças serão transportadas nos autocarros dos circuitos escolares. Terminou a intervenção, lendo os números referentes à Escola do Trouxeinho que provam que o número de alunos tem vindo a baixar até ao presente ano.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 29/04/2011

Relativamente a este ponto, usaram da palavra os senhores:

ENG. HENRIQUE BAPTISTA – PSD

O senhor deputado apresentou à mesa um Requerimento onde solicitava algumas correcções à Acta. Requer “que se faça incluir na acta, as cópias das cartas que foram trazidas a este órgão e nele refere terem sido levadas ao nosso conhecimento, mas que nele são omitidas, e bem assim, coloque em apenso à acta a carta da Comissão Política Secção de Amarante, datada de 5 de Abril de 2011, e a que eu remeti a V. Exa na data de 27 de Abril de 2011, as quais disponibilizo à Mesa...” O texto do requerimento encontra-se nos anexos desta acta.

Por sua vez, o senhor deputado ENG. VAN ZELLER, pediu a correcção da palavra PRECAP, porque o termo correcto é RECAP.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação da acta. Dessa votação apurou-se o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA – 1 do senhor deputado Eng. Henrique Baptista

ABSTENÇÕES – 4

VOTOS A FAVOR – 55

A acta foi também votada em Minuta. Apurou-se o seguinte resultado: VOTOS CONTRA – 1 do senhor deputado Eng. Henrique Baptista.

ABSTENÇÕES – 0

VOTOS A FAVOR – 59

PONTO Nº 2 – RELATORIO DE ACTIVIDADES E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Relativamente a este ponto, nenhum senhor deputado usou da palavra.

PONTO Nº 3 - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE UM CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICA ENTRE O ESTADO PORTUGUES E O CONJUNTO DOS MUNICIPIOS DE AMARANTE, AROUCA, BAIÃO, CASTELO DE PAIVA, CELORICO DE BASTO, CINFÃES, FAFE, MONDIM DE BASTO, PÓVOA DE LANHOSO, SANTO TIRSO, TROFA, VIEIRA DO MINHO, VILA NOVA DE FAMALICÃO E VILA VERDE PARA AGREGAÇÃO DOS SISTEMAS NUM SISTEMA TERRITORIALMENTE INTEGRADO DE AGUAS, DESIGNADO POR SISTEMA DE - ÁGUAS DA REGIÃO DO NOROESTE - , QUE INTEGRARÁ AS INFRA-ESTRUTUTAS PREVISTAS NO PLANO DE INVESTIMENTO E OS EQUIPAMENTOS QUE LHE SEJAM AFECTOS.

Deu entrada na mesa uma proposta de adiamento, subscrita pelo PSD, que a seguir se transcreve: "Não faz qualquer sentido debruçarmos, neste momento sobre os pontos 3,4,5 e 6 da ordem de trabalhos, dada a existência de um novo governo, que terá certamente outras orientações sobre a respectiva matéria. Tanto mais que coo é público, existe a forte possibilidade de privatização da empresa Águas de Portugal, o que a vir a acontecer, inviabilizará apareceria em questão, pelo menos nos moldes em que esta proposta, até porque a respectiva estrutura accionista prevê que aquela empresa seja detentora de 51% do capital social.

Assim, propõe-se o adiamento da discussão dos supra referidos pontos para uma altura mais oportuna, após terem sido conhecidas as orientações d novo Governo sobre a respectiva matéria, o que ocorrerá, certamente, a breve prazo". Lida a proposta, foi a mesma posta à votação para se verificar ou não a sua aceitação a discussão. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA - 1
ABSTENÇÕES - 0
VOTOS A FAVOR - 66

Deu também entrada na mesa uma proposta subscrita pela senhor deputada do BE do seguinte teor: "O Grupo Parlamentar do BE propõe a retirada dos pontos 3,4,5, e 6 da Ordem de Trabalhos com os seguintes fundamentos: 1 - O elevado número, mais precisamente de 302 páginas, de documentação enviada; 2 - Falta a informação da reunião e deliberação da Câmara. Face ao exposto, entendemos que não estão reunidas as condições necessárias para uma votação séria, consciente e responsável".

A proposta do BE foi também votada. Foi aceite por Unanimidade.

De seguida usou da palavra o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, que disse que as águas apenas vão ser privatizadas em 49%. O estado fica sempre detentor de 51%. Por outro lado, esta privatização pode até nem vir a acontecer uma vez que o CDS se opõe neste momento a isso. A documentação enviada é a do costume. Tem as deliberações, os estatutos, o acordo para social, contrato de gestão e os estudos económicos. O compromisso deve ser cumprido. Está previsto um período de adaptação de 6 meses.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra, disse que não percebia as propostas. A do BE ainda é mais complicada que a do PSD, embora entre ambas não haja grandes diferenças. Disse também que o governo manda na política nacional, mas as autarquias vão continuar a mandar na política local. Se o PSD está a esconder alguma coisa deve dizê-lo, porque esta matéria já está em discussão há 4 anos. Se esta pareceria não for feita, a margem esquerda vai ficar sem solução à vista e todo o restante sistema pode vir a ter problemas. O Amarante tem de resolver o problema de uma forma intermunicipal até porque os fundos comunitários estão a acabar. Por outro lado se Amarante não aderir, fica comprometido todo o sistema de abastecimento à margem esquerda. Aconselhou a sua bancada a votar contra estas duas propostas, porque não podemos nesta altura estar a adiar a questão.

SR. FERNANDO CARNEIRO – PSD

No uso da palavra senhor deputado disse que faltam nesta proposta elementos que permitam ajuizar com consciência. Perguntou de seguida o que vai acontecer aos 53 funcionários que fazem hoje parte das águas? Qual o tarifário que vai ser aplicado?

DRA. ELISA ANTUNES – BE

NO uso da palavra começou por perguntar se os senhores deputados estavam ali para votar qualquer coisa ou se estavam ali para discutir e votar um assunto sério, que nem sequer tem anexo a proposta da Câmara. O senhor Presidente da Câmara é que sabe o acordo que tem com a empresa. Neste momento a Assembleia Municipal não tem acordo com ninguém. Tudo o que é votado à pressa quase sempre é mal votado. Está hoje provado que salvo raras exceções ninguém leu a documentação.

SR. RAIMUNDO MAGALHÃES – PS

No uso da palavra disse que o município está a legislar dentro do que a lei permite. A Assembleia apenas tem de se pronunciar acerca da documentação que lhe foi enviada. Quem não a tinha devia ter-se preocupado mais cedo e tinha-a procurado na Câmara. As propostas agora apresentadas não apresentam qualquer argumento válido e não vão resolver qualquer problema se houver adiamento.

DR. ADRIANO SANTOS – CDS/PP

No uso da palavra disse que vai votar a favor do adiamento, porque o "CDS- Partido Popular desconfia do facto do Partido Socialista ter sido, durante a campanha eleitoral contra a privatização das Águas de Portugal, tema do discurso do Eng. Sócrates... e agora quer comprometer as águas do município numa sociedade que vai ser detida a 51% pelas Águas de Portugal. Continuou a sua intervenção dizendo que "é fundamental saber

qual a posição do Executivo Camarário neste particular, assim como é fundamental saber qual a posição do Governo na privatização das Águas de Portugal e quais são as alternativas que se vão apresentar futuramente, no caso da privatização, quer aos municípios quer aos consumidores". Por fim o CDS vota a favor do adiamento porque tal adiamento não põe em causa a adesão do Município em momento posterior, à "Sociedade de Água da Região Norte S. A.". A intervenção integral do senhor deputado encontra-se nos anexos desta.

Entretanto, o senhor deputado **ENG. HENRIQUE BAPTISTA**, fez um ponto de ordem à mesa para dizer que a ele tiraram-lhe tempo de uso da palavra, enquanto que a outros tudo é permitido. Pediu para que este protesto fique em acta.

DRA. ELISA ANTUNES – BE

No uso da palavra, disse que não se revê no período do antes do 25 de Abril. Não se votam propostas pelo seu conteúdo, mas sim por aquilo que elas possam representar para o bem do município. Vota sempre de acordo com a sua consciência e só se tiver conhecimento profundo daquilo que vai votar. Ao contrário de alguns, é dona do seu próprio voto.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra o senhor deputado disse à oradora anterior que todos somos livres, mas não nos podemos esquecer que a nossa liberdade tem limites. Relativamente a este acordo, o senhor Presidente da Câmara tem toda a legitimidade para o negociar.

Usou de novo a palavra a senhora deputada **ELISA ANTUNES**, para dizer que quem usou o termo acordo de cavalheiros foi o senhor Presidente da Câmara e não ela. Ela enquanto deputada, apenas tem acordo com os eleitores.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra começou por dizer à senhora deputada Elisa Antunes que não tem acordo de cavalheiros com ninguém. Apenas se comprometeu a trazer o assunto à Assembleia em Junho. Não foi só ele mas os 14 municípios envolvidos. Pôs-se até a hipótese das sessões da Assembleia serem todas à mesma hora. Não quer influenciar ninguém e por isso não admite à senhora deputada que ela tenha dito o que disse.

DRA. ELISA ANTUNES – BE

Disse que apenas usou as palavras do senhor Presidente da Câmara. Não admite falta de respeito venham elas do Presidente da Câmara ou de outro qualquer, porque ela também não falta ao respeito a ninguém.

SR. MANUEL AGOSTINHO MOURA – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ABOIM

No uso da palavra, disse que vai votar a favor, para que se discuta e aprove hoje este protocolo. O seu voto pode ser uma forma de pressionar a discussão, porque pode ser a única forma da sua freguesia vir a ter água da rede pública.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação das duas propostas. Foi votada em primeiro lugar a do PSD, que obteve o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA – 38
ABSTENÇÕES – 16
VOTOS A FAVOR – 24

Foi votada de seguida a do BE, que obteve o seguinte resultado:

VOTOS CONTRA – 41
ABSTENÇÕES – 16
VOTOS A FAVOR – 22

Perante estas votações, foi rejeitada a retirada da discussão dos pontos 3,4,5, e 6 . Fizeram declaração de voto os senhores:

PRESIDENTE DA JUNTA DA LOMBA – PAULO VASCONCELOS

No uso da palavra disse quando vota, vota em consciência. Disse também que não devemos fazer da politica uma troca de palavras menos próprias. O que aqui se está a passar hoje não lhe parece muito correcto. Estamos a entrar no disse que disse e isso não dignifica a Assembleia. Em politica não pode valer tudo.

SR. RAIMUNDO MAGALHÃES- PS

No uso da palavra disse que se houve alguém disse que não tínhamos capacidade para votar em consciência, não foi ele. Ele disse precisamente o contrário. Esse deputado afirmou que a Assembleia era constituída por 80 mentecaptos que não são capazes de pensar por si a não ser onde esteja uma assinatura. Foi a senhora deputada Elisa Antunes quem o disse,

DRA. ELISA ANTUNES – BE

No uso da palavra a senhora deputado disse ao orador anterior que este lhe deve pedir desculpas. Não lhe admite que ele tenha dito que ela se referiu aos senhores deputados como mentecaptos. É termo que não usa e por isso deixa estas afirmações à consideração da Mesa.

De seguida, e depois de rejeitadas as propostas de adiamento, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para ela poder dar uma explicação acerca do assunto agora em análise.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente disse que o assunto que agora se vai discutir faz parte de um projecto único que se desenvolve nos vários documentos que é preciso aprovar. Devem aprovar-se na generalidade, porque, caso houvesse uma posição de má fé podiam aprovar-se uns e reprovar-se outros. Pediu também ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia que autorizasse a entrada dos representantes do Conselho de Administração das Águas do Noroeste, que já estavam há muito tempo à espera, para que eles pudessem prestar os esclarecimentos que os senhores deputados entendessem ser úteis.

De seguida disse que esta parceria já está a ser discutida desde 2006. Já nessa altura a Câmara aprovou o esquema geral de investimentos para estas parcerias públicas/publicas. No PIASAR 1, até 2000/2007 estava previsto que todos os municípios deveriam ter uma taxa de cobertura na ordem dos 90% no saneamento e de 95\$ em água. Muito poucos ou nenhuns cumpriram esses objectivos. Entretanto o Ministério do Ambiente deu instruções para que essas metas fossem cumpridas. Por isso, o PIASAR 2 mantém os objectivos e deu instruções no sentido de esses investimentos serem feitos através do QREN e o POBT. Amarante, está perto das metas, mas também não conseguiu cumprir. Tem uma taxa de cobertura de cerca de 70%. Quanto ao abastecimento de água, está quase nos 100%. Na margem esquerda há muitos sistemas construídos em tempos pelas juntas de freguesia que brevemente serão recuperados, sob pena de qualquer dia ruírem. Foram entretanto dadas instruções para que a candidatura fosse feita pelo POBT. A partir daí foram dadas instruções às Águas dos Noroeste para que avançasse com a candidatura. Nessa candidatura já está contabilizado o investimento feito pelo município e que ronda os 6 milhões a reembolsar. Para além disso há um investimento de 17 milhões a fazer na margem esquerda para concluir o saneamento. Para a cobertura de abastecimento de água aos lugares mais dispersos, vão ser mantidas soluções individualizadas.

As Águas de Portugal fizeram as contas já com estas parcerias. Entra-se nesta parceria para cumprir essencialmente três objectivos. Em primeiro lugar vai cumprir-se o objectivo traçado pelo governo, que por sua vez está dependente das iniciativas europeias.

Em segundo lugar pretende-se dar mais eficiência ao sistema.

Em terceiro lugar, para que haja uma boa gestão mais profissionalizada de modo a que se chegue por exemplo a uma uniformização de taxas a praticar pelos municípios envolvidos na parceria. Os que tiverem maior densidade populacional pagarão para alguns com menor densidade. Os do litoral que são mais densos e onde as tarifas são mais baixas, pagam já, mesmo assim taxas próximas do valor real. Há também municípios no interior que não cumprem a directiva comunitária da convergência tarifária e nem o principio do utilizador pagador.

Ao entrarmos nesta parceria podem diluir-se os custos, conseguindo-se assim uma tabela de preços mais conveniente.

As autarquias não estão impedidas de subsidiar os preços da água. Neste momento, Amarante está subsidiar os preços da água e saneamento, sendo que esse subsidio está diluído na despesa corrente e como tal não consta do orçamento. O que se vai passar a seguir é que as autarquias vão ter de pagara os valores que forem determinados na convergência

tarifária e paralelamente vão ter de rever o regulamento a dizerem o que querem subsidiar. Esse valor vai ter de constar em orçamento.

As tarifas para o consumidor ou para a Câmara vão aumentar. Haverá contudo alguns lucros porque quem pedir a partir dessa data a ligação da água e saneamento não vai pagar nada. Ao fazer um novo regulamento a Câmara vai ter de compensar quem até agora pagou, sendo que os consumidores, já não pagam taxa de aluguer de contador. Houve municípios de compensaram esta perda de receita com o aumento do valor da taxa de disponibilidade. Amarante não fez isso.

Continuou a sua intervenção para dizer que as águas do Noroeste iniciaram na semana passada a construção do emissário do Rio Ovelha. A muito curto prazo a população de Padronelo, Jazente, parte da Lomba e Salvador, vão poder-se ligar-se ao saneamento. As freguesias que ainda não tem rede, não lhes pode ser garantido esse investimento sem esta parceria, porque a Câmara só por si não o pode garantir. Podemos chegar a uma situação onde tenhamos um emissário construído e não tenhamos rede que a ele conduza. É disso que estamos a falar. Para tudo isso é preciso dinheiro que falta e só com uma parceria é que se consegue obter financiamento.

Se os Presidentes da Junta da margem direita ou aqueles que já estão cobertos votarem contra, não estão a ser solidários com aqueles que ainda precisam desse investimento, apesar de haver sempre quem desconfia dessas parcerias, mas se assim não fosse o município de Amarante não teria hoje 9 milhões para investir numa nova ETAR. As Águas do Noroeste tem cumprido os objectivos. A primeira parceria semelhante a esta foi feita em Aveiro e todos os municípios estão satisfeitos.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à consideração da Assembleia Municipal a entrada na sala dos representantes das empresa Águas do Noroeste, engenheiro Paulo Queirós e Pedro Cordeiro. Ninguém se opôs.

SR. FERNANDO CARNEIRO – PSD

No uso da palavra questionou o senhor Presidente da Câmara para saber o que vai acontecer a esta parceria se as Águas de Portugal vierem a ser privatizadas? Que tarifas vão ser aplicadas? Essas tarifas vão ser subsidiadas? Como explica um aumento de cerca de 300% em 5 anos? O que vai acontecer aos funcionários que hoje pertencem aos serviços de águas? Que contrapartidas Amarante vai receber? Amarante vai receber os 6 milhões de euros de imediato?

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra, disse que o PSD está a tentar passar a mensagem de que se pretende privatizar as águas, mesmo sabendo que não é disso que se trata. Quanto melhor se poder controlar o serviço melhor. Se o mesmo for feito em grande escala melhor eficiência terá. Deve falar-se em qualidade e eficiência. Na devida altura, certamente serão discutidos os novos preços.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra o senhor Presidente começou por dizer que é inevitável o aumento do preço da água e saneamento. Quem defende o menor prejuízo é o PSD. Contudo, a Assembleia é quem vai decidir. Os novos preços terão em conta a redução/eliminação do valor de 2,5 euros da taxa do contador.

De seguida foi dada a palavra a um dos representantes **da empresa Águas do Noroeste**, que começou por dizer que os funcionários afectos hoje ao serviço de águas, poderão ou não passar para a nova empresa. Os que passarem trabalharão mais 5 horas semanais, pelo que passarão a ter um horário de 40 horas, sendo-lhes pagas as 5 horas que farão a mais. Vão manter as condições e regalias que tem agora. Serão ainda beneficiários de um seguro de saúde, que garante a mesma assistência da ADSE. Poderão sempre regressar ao serviço de origem sempre que para isso manifestem interesse.

Disse ainda que foi definido um valor de 5% sobre o valor do negócio, expurgado do valor que é necessário para investir em melhorias e reparações. Para Amarante, dos 14 milhões de euros a investir, o município irá receber 6 milhões de euros como compensação do investimento que até esta data já foi feito.

Terminou a intervenção dizendo que se a sede for colocada em Famalicão, serão criados centros operacionais nas localidades que hoje tem os serviços para evitar as deslocações dos funcionários. Serão abertas lojas para que os cidadãos possam tratar dos assuntos relacionados com água e saneamento.

DR. MANUEL PINHEIRO – PSD

No uso da palavra perguntou se vão haver alterações laborais para os funcionários para além daquelas que já foram dadas a conhecer? E os munícipes ficam dependentes da autarquia ou da empresa?

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

O senhor Presidente disse que a ida dos funcionários é voluntária, ou se for caso disso serem requisitados.. Como já foi dito, trabalharão mais 5 horas por semana, mas serão pagos por isso.

Quem for contratado de novo assumirá um contrato individual de trabalho.

Daqui a 5 anos as novas tarifas, terão preços mais altos, mas mesmo assim serão dos mais baixos de toda a região.

Disse também que o município da Trofa e de S. Tirso querem também fazer parte da Associação, porque querem sair da concessão privada onde hoje estão inseridos. O Marco de Canavezes também já pediu ajuda.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação destes pontos da Ordem de Trabalhos. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 16

ABSTENÇÕES - 3

VOTOS A FAVOR – 56

Os pontos 3,4,5 e 6 foram votados em Minuta, por UNANIMIDADE.

PONTO Nº 7 – ANÁLISE DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE PUBLICITAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO EM MEIOS INFORMÁTICOS DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA AO FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES DA ASSEMBLEIA

Usou da palavra apenas o senhor deputado ENG. HENRIQUE BAPTISTA, que disse que embora a proposta seja boa, tem de haver algum cuidado, porque nem todos têm condições para aceder à plataforma. É preciso criar condições no Gabinete da Assembleia para que quem não tiver meios o possa fazer no gabinete.

O ponto foi de imediato posto à votação e dessa votação resultou a aprovação por **UNANIMIDADE**.

PONTO Nº 8 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR – ARTIGO 671º - A/ARREDONDAMENTOS

Nenhum senhor deputado usou da palavra e por isso o senhor Presidente da Assembleia pôs o ponto de imediato à votação. A proposta foi aprovada por **UNANIMIDADE**.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, e cumprida que estava a Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos quando era 1.30 horas do dia 24 de Junho. Da sessão, foi lavrada a presente acta que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos Secretários.

O PRESIDENTE _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

